

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**Ordinária**

**REUNIÃO DO DIA 16 DE JANEIRO DE 2019**

**11:30 Horas**

**ORDEM DO DIA**

1. Informações;
2. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;
3. Apreciação e votação do parecer, solicitado pelo Presidente da Assembleia da República, relativo à extensão das propostas de alteração apresentadas, pelos Deputados e pelos Grupos Parlamentares, a propostas de lei de autorização legislativa;

Relator - Deputado António Filipe (PCP)

4. Discussão e votação, na especialidade, das seguintes iniciativas legislativas:

Proposta de Lei n.º 145/XIII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Altera a Lei da Organização do Sistema Judiciário;

Proposta de Lei n.º 149/XIII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Consagra a aplicação do processo de execução fiscal à cobrança coerciva das custas, multas, coimas e outras quantias cobradas em processo judicial;

Projeto de Lei n.º 940/XIII/3.<sup>a</sup> (BE) - Acaba com a possibilidade de suspensão da condição de jubilado dos magistrados judiciais para o exercício das funções de árbitro em matéria tributária (4.<sup>a</sup> Alteração ao Regime Jurídico da Arbitragem Tributária);

5. Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) do Projeto de Lei n.º 720/XIII/3.<sup>a</sup> (PS) - Estabelece o regime aplicável à cobrança extrajudicial de créditos vencidos e às empresas que se dedicam a essa atividade;

6. Fixação da redação final de textos aprovados, nos termos do artigo 156.º do RAR, designadamente:

Texto que "Tipifica o crime de agressão, procedendo à segunda alteração à lei penal relativa às violações do direito internacional humanitário, aprovada em anexo à Lei n.º 31/2004, de 22 de julho, que adapta a legislação penal portuguesa ao Estatuto do Tribunal Penal Internacional" [Proposta de Lei n.º 113/XIII/3.ª (GOV)];

Texto que "Regula a transferência, pelas transportadoras aéreas, dos dados dos registos de identificação dos passageiros, bem como o tratamento desses dados, transpondo a Diretiva (UE) 2016/681 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e procede à terceira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna" [Proposta de Lei n.º 137/XIII/3.ª (GOV)];

7. Apresentação do relatório da reunião interparlamentar organizada pela Comissão LIBE- Aspectos dos direitos fundamentais na integração e no combate à hostilidade em relação aos ciganos;

Relatora - Deputada Catarina Marcelino (PS)

8. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;
9. Outros assuntos.